



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS
COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

CADERNO DE QUESTÕES DISCURSIVAS

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 5 (cinco) horas, considerando, inclusive, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 12 (doze) questões, distribuídas da seguinte forma:

Direito Constitucional	Pontos	Direito Administrativo	Pontos	Direito Tributário	Pontos	Direito Processual Civil e Direito Civil	Pontos
1ª questão	8	4ª questão	8	7ª questão	5	10ª questão	10
2ª questão	8	5ª questão	8	8ª questão	10	11ª questão	10
3ª questão	9	6ª questão	9	9ª questão	10	12ª questão	5

3. A prova discursiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha durante a realização da prova.
4. O caderno de respostas definitivo será o documento válido para avaliação da Prova Discursiva e não será substituído por erro de preenchimento ou se danificado pelo candidato.
 - 4.1 a folha para rascunho no caderno de questões é de preenchimento facultativo e não será considerado para correção.
5. Durante a prova não será admitida a consulta à legislação, livros, impressos ou anotações bem como o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie e/ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, acondicionado em saco de segurança, devidamente lacrado, desde o momento da entrada até a retirada do candidato do estabelecimento de realização das provas.
7. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
8. O candidato é responsável pela conferência de seus dados constantes no canhoto da capa do caderno de resposta definitivo: nome, nº. de inscrição e data de nascimento.
9. Ao terminar a prova, o candidato deverá destacar o canhoto de identificação do caderno de resposta definitivo.
10. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do Processo Seletivo, poderá entregar o caderno de respostas definitivo desidentificado e retirar-se do recinto.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
12. **AO TERMINAR A PROVA O CANDIDATO ENTREGARÁ, OBRIGATORIAMENTE, AO FISCAL DE SALA O CADERNO DE RESPOSTA DEFINITIVO DESIDENTIFICADO.**
13. Leia as instruções constantes da capa do caderno de resposta definitivo.
14. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer instruções constantes do caderno de questões e do caderno de respostas definitivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL**1ª Questão (08 pontos)**

Cidadão carioca propõe ação em Vara de Fazenda Pública, pleiteando casa própria com base no direito constitucional social de moradia (art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil). Mencione e explique três argumentos que poderiam ser utilizados na contestação municipal.

2ª Questão (08 pontos)

A Câmara Municipal da Cidade de Floresta Negra aprova emenda à Lei Orgânica Municipal, introduzindo o regime parlamentarista em nível local. Discuta a constitucionalidade de tal medida.

3ª Questão (09 pontos)

Discorra sobre o controle concentrado de constitucionalidade de ato normativo municipal.

DIREITO ADMINISTRATIVO**4ª Questão (08 pontos)**

Em relação à desapropriação, indique os temas que podem ser ventilados na peça de contestação.

5ª Questão (08 pontos)

Diferencie e caracterize as seguintes modalidades de licitação: leilão e pregão.

6ª Questão (09 pontos)

Discorra sobre os elementos/requisitos necessários para a responsabilidade civil do estado por atos omissivos.

DIREITO TRIBUTÁRIO**7ª Questão (05 pontos)**

Em que consiste a denominada "isenção heterônoma"? É admissível no ordenamento pátrio? Em caso positivo, dê um exemplo.

8ª Questão (10 pontos)

Diferencie progressividade e seletividade.

9ª Questão (10 pontos)

À luz da distinção entre obrigação e crédito tributário, diferencie os institutos da prescrição e da decadência em matéria tributária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL**10ª Questão (10 pontos)**

O Município propôs, em face de Caio, ação de execução fiscal, distribuída em 1º de março de 2010, pretendendo cobrar-lhe dívida pelo não pagamento do IPTU relativo ao exercício de 2009. Regularmente citado, Caio não pagou a dívida e nem ofereceu bens à penhora. Diante da inércia do devedor, o Município postulou ao juízo a decretação de penhora *on line* dos recursos eventualmente existentes nas contas bancárias do executado, medida que se mostrou infrutífera. A despeito de outras diligências levadas a efeito pelo exequente e pelo juízo, não foram encontrados bens sobre os quais pudesse recair a penhora. Sendo assim, em 1º de junho de 2010, o juízo prolatou decisão suspendendo o processo e, após o decurso do prazo de um ano, determinou o seu arquivamento. No dia 2 de junho de 2016, o juízo desarquivou os autos e prolatou sentença decretando a extinção da execução fiscal, reconhecendo, de ofício, o transcurso do prazo prescricional de cinco anos. Agiu corretamente o julgador? O Município tem possibilidades razoáveis de obter a reforma da decisão em 2º grau de jurisdição? Em caso positivo, quais os argumentos que poderiam ser invocados pelo Município em sua apelação?

11ª Questão (10 pontos)

Discorra sobre dois dos atributos dos direitos da personalidade.

12ª Questão (05 pontos)

É viável o acolhimento de interdito proibitório, formulado por particular que exerce posse sobre bem público, em face do Município proprietário? Justifique sua resposta.

